

BRASÍLIA-DF – 16/02/2018

Para economistas, efeitos da bolha do bitcoin ainda são incertos



Para Guilherme Mello e Pedro Rossi, é improvável que eventual "estouro" do mercado das criptomoedas provoque uma crise estrutural no sistema financeiro. Mas tudo depende de quem são realmente as pessoas que possuem esses ativos

São Paulo - Até que ponto a desvalorização, crises e bolhas relacionadas a moedas virtuais, as chamadas criptomoedas, podem ser sintomas de graves ameaças à "economia real" ou ao sistema financeiro global? Um eventual estouro da chamada "bolha" do bitcoin pode ter efeitos similares aos que foram gerados pela crise dos subprime em 2008?

Segundo economistas ouvidos pela **RBA**, ainda é difícil saber qual a extensão e a abrangência do fenômeno bitcoin e qual o perfil das pessoas concretamente envolvidas com ele, mas as criptomoedas não ameaçam o sistema financeiro estruturalmente.

Para o economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Guilherme Mello, não há dúvida de que o bitcoin, em si, seja uma bolha. "Isso, no sentido de que é um ativo que, na realidade, não tem valor, porque não paga juros, não representa propriedade de ativo que gere renda. É apenas um meio de troca bastante limitado que você não pode usar para muita coisa", avalia. "Tornou-se um ativo que, como todo ativo, as pessoas ganham com a variação dele. Mas nem toda bolha tem a capacidade de se disseminar pelo tecido econômico, pelo sistema financeiro, causando o que a gente chama de *credit crunch*, um esmagamento do crédito."

As maiores instituições financeiras estão muito mais cautelosas e o bitcoin não é disseminado no conjunto do balanço do sistema financeiro, e sim entre pessoas físicas.

Para Mello, as consequências de um real estouro da bolha ainda não são claras. "Vai depender muito de quem tem essa 'moeda', qual o tamanho do bitcoin no balanço das pessoas. É preciso avaliar se a queda do bitcoin, que já está acontecendo, vai gerar desconfiança no sentido de que pessoas, empresas e investidores vão entrar em *default*, deixar de pagar seus compromissos."

"Tudo depende muito de quem é o investidor de bitcoin. Ainda não temos dados confiáveis em torno disso. Dificilmente o bitcoin pode espalhar fragilidade financeira, porque as instituições financeiras não estão envolvidas diretamente, até pelo risco que envolve o uso desses 'recursos'", avalia o também economista e professor da Unicamp Pedro Rossi.

• **Bitcoins, sonho de consumo dos anarcocapitalistas**

Na segunda-feira (12), comunicado conjunto de órgãos reguladores de bancos e do sistema financeiro da União Europeia alertou que as moedas virtuais, como não são reguladas, representam grande risco para quem se aventurar a apostar nelas. Enquanto isso, China e Coreia do Sul vêm adotando restrições contra a "moeda". Esses países mais Índia e Estados Unidos estudam medidas para regulamentar esse mercado.

O bitcoin subiu mais de 1.000% em 2017, mas, em 2018, já perdeu cerca de metade do valor.

Bitcoin x subprime

Na opinião de Guilherme Mello, é difícil prever qual a extensão dessa bolha, mas não há como comparar eventuais crises provocadas pelo bitcoin com as gravíssimas consequências do estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos em 2008, que arrastou o mundo. "O *subprime* afetava e envolvia o coração da família e do sistema econômico norte-americano, a construção civil, que sempre foi historicamente a base dos booms de crescimento, os grandes bancos e agentes financeiros. Estavam todos envolvidos, e no caso do bitcoin não é assim."

Segundo Mello, outro aspecto que impede a comparação é que sobre as hipotecas imobiliárias havia uma série de outros produtos financeiros derivados. "Derivativos, derivativos de derivativos, todo o processo de securitização. No caso do bitcoin, isso é muito pequeno. Creio que só agora, semanas atrás, é que começou a se negociar um derivativo de bitcoin."

Para Mello, bitcoin é uma bolha que tem tudo para estourar. "Só não sabemos qual é o tamanho do impacto. Não é uma crise como a de 2008. Pode ser uma crise, pode afetar a confiança, mas não é algo estrutural." Sendo assim, caso haja uma crise, deve ser superada mais facilmente do que o crash de 2008. "Pode provocar oscilações importantes de curto prazo no mercado, mas não acho que uma crise sistêmica viria do bitcoin."

Seja como for, a preocupação das instituições financeiras mundiais é natural, já que a moeda virtual envolveu muito as pessoas físicas. "A preocupação é que essas pessoas sejam afetadas, o que não quer dizer que o sistema financeiro vai ser afetado como um todo", diz Mello.

(Congresso em Foco)

Novo texto da Previdência mantém distorções e não combate privilégios



Governo não tem legitimidade para propor alterações, e proposta ideal deveria incluir mudanças de gestão em vez de corte de direitos

São Paulo – A nova versão do texto da **reforma da Previdência**, que o governo quer ver sendo votada a partir da próxima segunda-feira

(19), mantém perdas aos trabalhadores e não corrige distorções. É o que afirmam fontes ouvidas pelo *Seu Jornal*, da **TVT**.

Para o diretor técnico do **Dieese**, Clemente Ganz Lúcio, a proposta apresentada pelo relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA), insiste em operar mudanças apenas nos critérios de acesso, com cortes de direitos, quando deveria abordar também a cobrança aos grandes devedores, o combate à sonegação e aperfeiçoamento na gestão dos recursos. A forma mais eficaz para equilibrar as contas da Previdência, segundo ele, é a criação de empregos formais.

“Os dados recentes divulgados pela Receita Federal dão conta que grandes empresas no Brasil devem mais de R\$ 450 bilhões”, diz Clemente. “Não há nenhuma medida nesse campo. Portanto o déficit é decorrente de problemas sérios de gestão, na cobrança, e é fortemente influenciado pela crise econômica. Temos mais de 13 milhões de pessoas desempregadas que não contribuem. Se estivessem ocupadas contribuindo sobre um salário mínimo, por exemplo, já gerariam mais de R\$ 30 bilhões de arrecadação para a Previdência.”

Já a presidenta da Associação de Docentes da Universidade Federal do ABC (**ADUFABC**), Maria Carlotto, diz que, independentemente da proposta, o governo Temer não tem legitimidade para aprovar mudanças em uma legislação tão fundamental, e avalia que o governo não tem os votos necessários.

“Independentemente do conteúdo, o que é particularmente grave é que essa reforma vai ser proposta num contexto em que o governo não tem nenhuma legitimidade. O nível de confiança da população nas instituições está baixíssimo”, afirma Maria Carlotto.

(Rede Brasil Atual)

Congresso Nacional amarga péssimos resultados em 2017, dizem analistas



Avaliação é de que ano foi ruim em produção, com matérias de baixa qualidade e muito fisiologismo nas negociações. No total, 169 propostas viraram leis

Brasília – O **Congresso Nacional**, que começa efetivamente seus trabalhos em 2018 a partir de terça-feira (20), tem expectativa de ser marcado por um recesso branco, a partir do segundo semestre, em função das **eleições**, com uma produção mais baixa no plenário e nas comissões. Mas o resultado dos trabalhos do Legislativo federal em 2017 já foi visto como negativo por parte de analistas e cientistas políticos que avaliaram o balanço recente divulgado pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado. No ano passado, a produção observada teve poucas diferenças em relação à de 2016, considerada de pouca qualidade em comparação a anos anteriores.

No total, foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro 169 normas, sendo 162 leis ordinárias, quatro emendas à Constituição e três leis complementares. “A sessão legislativa de 2017 foi uma das piores de todos os tempos por que, além de ineficaz do ponto de vista de aprovar proposições voltadas para o atendimento das necessidades do país, viciou os parlamentares numa prática descarada de fisiologismo”, afirma o analista político Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Ninguém nega, porém, que o fato de 2017 ter sido um período turbulento, marcado por crises políticas, discussões, articulações e votações polêmicas contribuiu para esta performance. Principalmente depois de abril, quando os trabalhos da Câmara e do Senado passaram a ter discussões em paralelo sobre a delação premiada do empresário Joesley Batista – que gravou conversa tida com o presidente Michel Temer nos porões do Palácio do Jaburu.

O caso levou ao pedido, por parte do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de abertura de duas denúncias contra Temer. “De julho a setembro o tema (denúncias) praticamente monopolizou as discussões e demais votações”, reconheceu o cientista político Alexandre Ramalho, da Universidade de Brasília (UnB). Ramalho lembrou que a votação da primeira denúncia aconteceu em 3 de agosto e a da segunda em 25 de outubro, o que serve como parâmetro do clima tumultuado com que trabalhou o Congresso ao longo período.

Destacaram-se, em função disso, tramitações de matérias seguidas de críticas, trocas de relatores em comissões e modificações de vários itens de propostas que vinham sendo discutidas mais tiveram seu teor alterado em função de negociações do governo com segmentos do empresariado, do agronegócio e de outras bancadas que pudessem ajudar a reverter a situação do presidente.

Propostas retrógradas

Também chamaram a atenção as votações polêmicas consideradas retrógradas para sindicalistas e movimentos da sociedade civil, como a da lei de terceirização (Lei 13.429/17), aprovada em 22 de março, que permitiu a terceirização em todos os ramos de atividades; a “reforma” trabalhista, em 11 de julho, que tem como base a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros pontos (Lei 13.467); e a reformulação do ensino médio, em 8 de fevereiro, que não foi bem acolhida pelo setor educacional.

Foi ainda objeto de críticas e considerada um dos pontos fortes da negociação do governo para blindar o presidente a aprovação do novo regime fiscal dos estados, em 24 de maio. O texto passou a permitir, nos acordos de renegociação das dívidas destas unidades da federação, autorização para privatização de empresas estatais dos setores de financeiro, de energia, de saneamento e outros, bem como adoção do regime próprio de previdência nos moldes do governo federal e redução de incentivos fiscais que causem renúncia de receita de, no mínimo, 10%.

Outro item ressaltado como negativo para o ano legislativo de 2017, conforme os analistas, foi a reforma política. Depois de muitas emendas, a proposta foi aprovada com muitos pontos fatiados, sendo que o principal escopo do texto, salvo exceções, vai valer apenas para as eleições de 2020.

De acordo com Antônio Augusto de Queiroz, os parlamentares terminaram o ano sem concluir a tramitação de propostas referentes à agenda fiscal, tão falada pelo governo. Em especial, a reoneração da folha, a tributação aos fundos fechados de investimento, e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores – além da já mencionada reforma da Previdência.

A conclusão de entidades como o instituto Contas Abertas e o Diap foi que as propostas encampadas pelo Executivo foram conseguidas à base de estratégias como concessões, aprovação de emendas parlamentares e recuos no teor dos textos em apreciação, tais como anistias e renúncias fiscais. “Foi o ano em que imperou no Congresso a cultura do fisiologismo”, criticou Queiroz.

Quanto à origem, levantamento feito pelo Diap apontou que o material aprovado manteve a trajetória de ampliação da participação do Congresso na iniciativa de leis, superando, em termos quantitativos, o Poder Executivo. Das 162 leis ordinárias, 91 foram de iniciativa de parlamentares e comissões, sendo 64 da Câmara e 27 do Senado; 70 do Poder Executivo, sendo 31 oriundas de medidas provisórias, seis de projetos de lei (PLs) e 33 de projetos de lei do Congresso Nacional (matérias encaminhadas ao Executivo, mas que são votadas em sessão conjunta do Congresso por se tratarem de matéria orçamentária); uma, do Poder Judiciário.

Em relação às emendas constitucionais e às leis complementares, prevaleceu a iniciativa do Senado, autor das quatro emendas e de duas leis complementares, tendo sido de iniciativa do Poder Executivo. A Câmara não foi autora de nenhuma emenda ou lei complementar na sessão legislativa de 2017.

Como se tudo isso não bastasse, no ano passado, ao contrário dos anteriores, houve redução do número de proposições aprovadas conclusivamente pelas comissões técnicas. Das aproximadamente 100 proposições com possibilidades de aprovação conclusiva, apenas 10 destas não passaram pelo plenário, num claro esvaziamento do trabalho das comissões.

‘Ano difícil’

O presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), adotou postura mais otimista ao falar do balanço de 2017. “Chegamos ao final de um ano difícil com as prerrogativas constitucionais do Senado Federal respeitadas e asseguradas, o que foi feito não para garantir privilégios para seus membros, e sim para garantir a autonomia e a capacidade desta Casa em tomar as decisões mais adequadas ao interesse público”, justificou.

“Não me preocupam os números de produção legislativa, e sim a qualidade do que fazemos aqui. Por isso, a despeito de ter sido um ano em que aprovamos muitas matérias, vale que sejam ressaltadas as mais relevantes por seu mérito”, disse Oliveira, ao destacar as reformas política e trabalhista.

Ele também mencionou a aprovação da Medida Provisória (MP) 763/2016, que permitiu a continuidade dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sem a carência de três anos exigida pela legislação anterior. E ressaltou a prioridade que foi dada à apreciação de matérias que seriam do interesse da maioria da população. Citou, como exemplo, os projetos de leis orçamentárias, apreciados em sessões conjuntas, que totalizaram mais de R\$ 9,2 bilhões em créditos.

No total, foram realizadas no Congresso 11 sessões conjuntas para a apreciação de vetos e matérias orçamentárias e 14 sessões solenes, sendo três para a promulgação de emendas constitucionais. Ainda foram apreciados 46 vetos, totalizando 948 dispositivos vetados. Destes, 928 foram mantidos e 20 rejeitados.

Outra avaliação que chamou a atenção, desta vez feita pela Câmara dos Deputados, diz respeito à grande quantidade de medidas provisórias na pauta das duas Casas. A questão foi tema de discursos de resistência e queixas por parte do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), no final de dezembro e que vem sendo foco inclusive por parlamentares da base aliada. O grupo considera o envio deste instrumento legislativo do Executivo ao Congresso um “instrumento autoritário”, conforme disse o próprio Maia.

De acordo com Queiroz, a forma de condução dos trabalhos e as negociações viciaram os parlamentares “numa prática descarada de fisiologismo”. “A ponto de o novo ministro da coordenação do governo estar condicionando a liberação de recursos aos estados ao apoio de suas bancadas à reforma da Previdência”, observou.

“O sentido do republicanismo e da impessoalidade no emprego dos recursos e dos poderes do Estado, na atual sessão legislativa, foi completamente ignorado. Com exceção da queda da inflação e das taxas de juros, é um ano para esquecer, sob todos os demais pontos de vistas”, acrescenta o analista.

(Rede Brasil Atual)

PTB deve anunciar Alex Canziani para Ministério do Trabalho



O PTB deve anunciar depois do Carnaval nova indicação ao Ministério do Trabalho: o deputado Alex Canziani (PTB-PR).

O presidente da legenda, Roberto Jefferson, admitiu ao Poder360 que Canziani é o escolhido caso sua filha, a também deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), seja impedida de tomar posse por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). “É um excelente nome”, disse Jefferson.

A “solução Canziani”, de todo modo, se se viabilizar vai ser provisória, pois o deputado é candidato à reeleição. Desse modo, se de fato assumir a pasta só ficará à frente do ministério até o prazo de desincompatibilização, 6 meses antes do pleito (abril), para concorrer à novo mandato de deputado.

De perfil discreto, o deputado é alinhado às políticas do presidente Michel Temer (MDB) e foi 1 dos mais beneficiados em liberação de emendas em 2017. Nos bastidores, a indicação de Canziani já era dada como certa. Ele deve ser anunciado mesmo se não houver decisão do Supremo. Por 3 motivos:

- 1) foi avaliado que uma decisão do Supremo poderia demorar muito tempo;
- 2) o nome de Cristiane já está desgastado. Em pouco mais de 1 mês, a posse da deputada foi suspensa pela Justiça por ter sido condenada em ações trabalhistas, além de outras acusações;
- 3) o partido considerou que a indicação de Canziani seria uma espécie de "saída honrosa". Ela continuaria tendo influência no Ministério, uma vez que Helton Yomura, atual ministro interino e amigo pessoal de Cristiane, continuaria exercendo posição de comando na pasta.

A indicação da deputada ao Ministério causou polêmica. Ela foi condenada em ações trabalhistas, investigada por suposta associação ao tráfico de drogas e por recebimento de caixa 2 em eleições. Também foi gravada ameaçando subalternos de perder o emprego caso não conseguissem votos para ela.

Na última terça-feira (6), o PTB chegou a divulgar nota afirmando que o nome de Cristiane seria mantido. O Planalto também vinha apontando a intenção de manter a nomeação.

Jefferson afirma que nada será anunciado durante o Carnaval. "Só terá o bloco Folia dos Carnavalescos Trabalhistas do Brasil", brincou.

Perfil

O deputado Alex Canziani (PTB-PR) está no exercício do 5º mandato, paranaense, registrador de imóveis e bacharel em Direito. Destaca-se como articulador.

Trajatória na vida pública

Ao longo de sua trajetória política, foi vereador, quando assumiu a presidência da Câmara Municipal de Londrina (PR). Também exerceu o cargo de prefeito interino, vice-prefeito e secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Paraná.

Atuação político-parlamentar

Parlamentar experiente, já exerceu vários cargos na Câmara: foi 4º secretário da Mesa Diretora, vice-líder do governo Dilma, vice-líder de bloco parlamentar e coordenador da bancada do Paraná no Congresso.

Muito atuante nos trabalhos das comissões permanentes, já presidiu a Comissão de Trabalho, e foi vice-presidente da Comissão de Educação.

Especialização técnica

Ex-presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo e ex-presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissional, coordena atualmente a Frente Parlamentar de Educação, tema prioritário em seu mandato. Canziani foi um dos relatores da proposição que deu origem ao Pronatec (Lei 12.513/11). (Com portal Poder360)

(Diap)

Por causa de crise no RJ, Cármen Lúcia suspende nomeação de 900 professores



Em situações de crise financeira, a Administração Pública pode deixar de nomear aprovados em concurso. Com esse entendimento, a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, suspendeu decisão do Tribunal de Justiça fluminense que determinava a nomeação de cerca de 900 professores de aprovados em concursos para a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Os candidatos, que daria aula para o ensino médio, seriam empossados em três chamadas: janeiro, maio e setembro de 2018. Em sua decisão, publicada no *Diário da Justiça* desta quinta-feira (15/2), a ministra afirmou que o atraso na nomeação de docentes aprovados no concurso parece "justificável em face da comprovada exaustão orçamentária do requerente e da dificuldade de se efetivar o pagamento da remuneração dos professores do quadro do Estado".

Segundo ela, a jurisprudência do STF avalia que, em situações excepcionais, como crises econômicas e financeiras, o Estado pode recusar a nomeação de candidato aprovado no número de vagas.

Calamidade pública

No Supremo, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro alegou que a nomeação dos 900 professores aprovados ampliaria de maneira sensível os gastos de pessoal do governo fluminense, que se encontra em "reconhecido estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira", já tendo também ultrapassado o limite máximo de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A PGE-RJ argumentou também que o estado do Rio aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal, o que o obrigou a suspender o processo de investidura dos candidatos.

De acordo com a procuradoria, há escassez de recursos financeiros e investimentos em outras áreas igualmente sensíveis, como saúde e segurança. Assim, o órgão afirmou que a decisão do TJ-RJ impede que o estado organize suas finanças.

A PGE-RJ ainda destacou que 231 dos 900 candidatos foram aprovados dentro de número de vagas previsto no edital, e que os demais foram favorecidos pela decisão do TJ-RJ. E, em situação excepcional, nem aqueles aprovados teriam direito subjetivo à nomeação. Com informações da Assessoria de Imprensa da PGE-RJ.

(Conjur)